

REFERENCIAÇÃO ANAFÓRICA: A FORMA DE MANIFESTAÇÃO DOS GRUPOS NOMINAIS ANAFÓRICOS NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

ANAPHORIC REFERENCE: THE MANIFESTATION FORM OF THE ANAPHORIC NOMINAL GROUPS IN THE TEXTBOOK OF PORTUGUESE LANGUAGE

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra
Mestre em Estudos da Linguagem
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(lidmoraes@yahoo.com.br)

RESUMO: Nesta pesquisa, pretendemos analisar as anáforas não-correferenciais no livro didático de Língua Portuguesa, considerando o tipo e a forma de manifestação dos grupos nominais anafóricos. Como apoio teórico, tivemos Koch e Marcuschi (1998), Koch (2004), Milner (2003), Francis (2003). Nosso trabalho configura-se em uma pesquisa documental. A anáfora indireta foi utilizada em mais da metade de todo o *corpus*. Quanto à forma de manifestação, os determinantes são, em sua maioria, pronomes demonstrativos. No que se refere ao núcleo nominal, vimos que se apresentam sob a forma de nomes ilocucionários, nomes de atividade linguageira e nomes de texto.

Palavras-chave: Referenciação; Anáfora; Livro Didático; Língua Portuguesa

ABSTRACT: In this research, we aim at analyzing the non-coreferential anaphor in the Portuguese Language textbook, considering the type and the form of manifestation of the anaphoric nominal groups. Our study is supported by the works of Koch and Marcuschi (1998), Koch (2004), Milner (2003), Francis (2003). Our work is classified as a documentary research. In relation to the manifestation, the determiners are, in their majority, demonstrative pronouns. In relation to the nominal nucleus, we noticed that they rose under a form of illocutionary names, names of language practices and text names.

Key-words: Referentiation; Anaphor; Textbook; Portuguese Language

Considerações iniciais

Nos últimos anos, constata-se que o interesse pela referenciação tem sido crescente, abrangendo um campo importante de estudos da linguística textual e da análise do discurso, na medida em que se trata de um mecanismo diretamente relacionado ao processo de produção e compreensão de textos.

Nesse sentido, entendemos que a referenciação é uma atividade discursiva, pois à medida que o discurso se desenvolve, a referência é efetuada por sujeitos sociais e históricos em interação. Efetiva-se quando utilizamos um termo para representar algo a partir da interação com o contexto físico, social e cultural: os referentes são vistos como objetos-de-discurso que não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constroem-se no próprio processo de interação.

Nesse momento, citamos a anáfora como um dos principais processos de referenciação, uma vez que representa a utilização de termos que fazem remissão a

elementos já introduzidos no co-texto e que podem ser desativados, modificados e re-ativados, à medida que o discurso se desenvolve. Caracteriza-se, essencialmente, pela função de guiar a interpretação de determinadas sentenças que dependem da existência de outras.

Assim, dada a importância do livro didático, enquanto instrumento do professor em sala de aula, especialmente no ensino fundamental, e a relevância dos processos de referenciação para a produção e compreensão de textos, entendemos que o estudo da articulação desses dois tópicos configura-se como um tema de pesquisa relevante, com consequências para a melhoria do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

O estudo desse tema contribui para a nova perspectiva de ensino da Língua Portuguesa que começa a se delinear nos anos de 1980, e que passamos a lembrar brevemente. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998, p. 17), no início dessa década, surge uma visão crítica do ensino de Língua Portuguesa, tendo em vista as pesquisas produzidas por uma linguística independente da tradição normativa e filológica, como também, estudos desenvolvidos em variação linguística e psicolinguística, o que possibilitou avanços na área de educação e psicologia da aprendizagem, especificamente no tocante à aquisição da escrita. Esse novo quadro permitiu o surgimento de um corpo consistente de reflexões sobre a finalidade e os conteúdos do ensino de língua materna.

Nesse contexto, a presente pesquisa pretende analisar as anáforas não-correferenciais em textos de um livro didático de Língua Portuguesa, da 5ª à 8ª séries, adotado em diversas escolas de Pau dos Ferros – RN, considerando, particularmente, o tipo de anáfora e a forma de manifestação dos grupos nominais anafóricos.

Do ponto de vista prático, entendemos que nossa pesquisa pode contribuir para as atividades que envolvem questões relacionadas à produção e compreensão de textos, uma vez que os processos de referenciação estão intimamente relacionados a essas atividades.

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro partes. No percurso teórico, discutimos o conceito de referenciação, bem como de anáfora, com destaque para as anáforas não-correferenciais, a partir da classificação proposta por

Koch (2004), com base na qual estabelecemos nossas categorias de análise. Na análise dos dados, apresentamos alguns exemplos para discutir o emprego de formas nominais anafóricas utilizadas no livro didático, identificando o tipo de anáfora e, ainda, a forma de manifestação dos grupos nominais anafóricos. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos os resultados obtidos e mencionamos algumas contribuições e perspectivas de aplicação para nossa pesquisa.

Percurso teórico

Para esta pesquisa, necessitamos trabalhar com alguns conceitos específicos como a noção de referenciação. De acordo com Koch (2002, p. 79), postulamos que “a referenciação constitui uma atividade discursiva”, uma vez que a referência é efetuada pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve. Essa noção implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem, isto é, não se aceita uma relação de transparência entre língua e mundo.

Dentro dessa concepção, Koch e Marcuschi (1998), seguindo Mondada e Dubois (2003), postulam uma visão processual em relação à significação, consideram que a discursivização do mundo por meio da linguagem consiste em um processo de (re)construção do próprio real. Dessa concepção, decorre a proposta de substituir o termo “referência” pelo termo “referenciação”, já que se passou a analisar as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação.

Os referentes, por sua vez, são vistos como objetos-de-discurso que se (re)constroem no próprio processo de interação. São dinâmicos, pois, uma vez introduzidos, na memória discursiva, vão sendo constantemente modificados, desativados, reativados, (re)construindo-se, assim, o sentido do texto, no curso da progressão textual.

A partir de Koch (2004), delimitamos nossas categorias de pesquisa, uma vez que, para a autora, “as formas nominais referenciais anafóricas são os grupos nominais com função de remissão a elementos presentes no co-texto ou detectáveis a partir de outros elementos nele presentes” (KOCH, 2004, p. 244), ou seja, são grupos com a função de orientar a interpretação de determinadas sentenças que dependem da existência de outras.

Ainda de acordo com a autora, a anáfora pode dar-se com ou sem a retomada de referentes anteriormente expressos. No primeiro caso, pode haver correferência entre a expressão anafórica e seu antecedente textual, ou ocorrer a recategorização deste (anáforas correferenciais). No segundo caso, o referente da expressão nominal terá de ser construído com base em um elemento ou conjunto de elementos presentes no co-texto (anáforas não-correferenciais).

Dessa forma, a referida autora propõe a seguinte classificação para a anáfora:

1. Anáfora com retomada de antecedentes textuais (correferencial)

a) Anáfora correferencial sem recategorização

- anáfora por repetição total
- anáfora por repetição parcial
- anáfora por sinonímia ou parassinonímia

b) Anáfora correferencial com recategorização

- anáfora por hiperonímia
- anáfora por termo genérico
- anáfora por descrição nominal

2. Anáfora sem retomada de antecedentes textuais (não-correferenciais)

a) Anáfora indireta

b) Anáfora rotuladora

c) Anáfora metadiscursiva

Aqui, nos deteremos, especificamente, às anáforas não-correferenciais, pois, a partir de um primeiro levantamento, percebemos que esse tipo de anáfora foi o que mais se destacou nos textos propostos pelo livro didático em análise.

Como já vimos, a autora distingue três tipos de anáforas não-correferenciais: anáfora indireta, anáfora rotuladora e rotulação metadiscursiva, as quais iremos detalhar na sequência.

a) Anáforas indiretas

Ocorre esse tipo de anáfora quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de relação com

elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação, como podemos observar no seguinte exemplo, quando “pichações” ancora a interpretação de “as gangues”:

(36) “Há alguns anos, as **pichações** que passaram a borrar casas, edifícios e monumentos de São Paulo – e de outras grandes cidades brasileiras – começaram a ganhar características novas. Pode-se questionar se políticas apenas repressivas são a melhor forma de enfrentar o problema – ainda que nesse quesito, elementar, o poder público pareça complacente, já que, conforme a reportagem, *as gangues* reúnem-se semanalmente com hora e local marcados. Merecem apoio iniciativas que possam, de forma positiva, atrair os pichadores para atividades menos predatórias” (Exemplo retirado de KOCH, 2004, p. 254, grifo da autora).

b) Anáforas rotuladoras

Esse tipo de anáfora caracteriza-se pelo uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes do contexto, sumarizando-os ou encapsulando-os sob um determinado rótulo. Vale ressaltar que tais noções estão relacionadas aos conceitos de encapsulamento anafórico (CONTE, 2003) e de rotulação (FRANCIS, 2003).

Essas anáforas são, geralmente, introduzidas por um demonstrativo e desempenham duas funções textuais importantes: rotulam uma parte do co-texto que as precede, estabelecendo, assim, um novo referente e operam uma recategorização ou refocalização do referente. São, pois, formas híbridas, que exercem funções referenciadoras e predicativas, e veiculam tanto informação dada, como informação nova.

O trecho a seguir constitui um exemplo de anáfora rotuladora, no momento em que a expressão “a determinação” sumariza o conteúdo exposto anteriormente sobre a ação da “Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo”:

(38) “A Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo determinou ontem que todos os produtos com suspeita de conter transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias. **A determinação** cumpre uma lei estadual de dezembro de 1999” (Exemplo extraído de KOCH, 2004, p. 256, grifos da autora).

c) Anáforas metadiscursivas

Vale ressaltar que a denominação proposta por Koch (2004) é “rotulação metadiscursiva”, aqui, usaremos o termo “anáfora”, com o propósito de padronizar a classificação. Trata-se de um tipo de rotulação em que não se sumariza o conteúdo de um segmento textual precedente, mas focaliza-se a própria atividade enunciativa, qualificando esse segmento como determinado tipo de ação ou atividade metadiscursiva. É o que observamos no seguinte exemplo extraído de Koch (2004, p. 258, grifos da autora), quando a expressão “a simples sondagem” sumariza a atividade enunciativa exposta anteriormente sobre ação dos políticos em São Paulo: (40) “Políticos procuraram o empresário Antônio Ermírio de Moraes sugerindo que ele saia candidato a prefeito de São Paulo. Prometeram apoio do PTB, do PSDB e de um terceiro partido e apresentaram até uma pesquisa em que o empresário aparecia à frente de Marta Suplicy. Ermírio, que não esquece o jogo pesado por que passou na derrota ao governo paulista em 1986, resistiu. Nem sabe se a sua filiação ao PTB continua válida. Mas **a simples sondagem** demonstra o estado emocional dos opositores da petista”.

Assim, delimitamos nossas categorias de análise para essa pesquisa, como sendo a classificação proposta por Koch (2004) para os tipos de anáfora, especialmente as anáforas não-correferenciais (anáfora indireta, anáfora rotuladora e anáfora metadiscursiva), complementada pelo que Francis (2003) denomina de rótulos metalinguísticos, divididos em quatro grupos: nomes ilocucionários, nomes de atividade linguageira, nomes de processo mental, nomes de texto, os quais descreveremos a seguir.

Nomes ilocucionários

São nominalizações de processos verbais, normalmente atos de comunicação. São exemplos de nomes ilocucionários: acusação, aviso, anúncio, argumento, comentário, cumprimento, conclusão, crítica, decisão, declaração, descoberta, desculpa, lembrança, observação, opinião, promessa, proposta, pedido, resposta, sugestão, etc.

Nomes de atividades linguageiras

São nomes que se referem aos resultados de padrões discursivos. Exemplos: colocação, consideração, comparação, consenso, contraste, conversa,

debate, definição, descrição, detalhe, discussão, exemplo, história, ilustração, julgamento, linguagem, mensagem, ocorrência, referência, tema, etc.

Nomes de processo mental

São nomes que se referem a estados e processos cognitivos e a seus resultados. Como exemplos, apresentamos: análise, atribuição, atitude, crença, conceito, conhecimento, convicção, doutrina, dúvida, hipótese, ideia, interpretação, noção, opinião, pensamento, posição, princípios, suposição, suspeita, teoria, etc.

Nomes de textos

São nomes que se referem à estrutura textual formal do discurso. Exemplos: frase, pergunta, sentença, palavra, excerto, página, parágrafo, passagem, citação, seção, termo, terminologia, etc.

Na seção seguinte, apresentaremos a discussão dos nossos dados que consiste na observação dos textos trazidos pelo livro didático em análise, a partir das categorias já expostas acima que combinam as propostas de Koch (2004) e Francis (2003).

Discussão dos dados

Dividimos nossa análise em três momentos distintos, dos quais, o primeiro descreve a caracterização do livro didático analisado, o segundo esboça a classificação das anáforas e o terceiro apresenta a forma de manifestação dos grupos nominais anafóricos.

a) Caracterização do livro didático “Português Paratodos”

Cada volume da coleção é organizado em três unidades temáticas, sendo estas compostas por quatro capítulos que tratam dos diferentes temas propostos, visando atender aos interesses da faixa etária dos alunos e a critérios para a formação humana e social. A distribuição dos temas obedece à seguinte ordem:

- 5ª série: A comunicação nos dias de hoje; O mundo da imaginação; Cenas do dia-dia;
- 6ª série: É sério ou é brincadeira?; Gente, bicho, planta; O humor;
- 7ª série: Histórias e memória; Gentes de todo mundo; Amor;
- 8ª série: O homem e o planeta; Trabalho; O mundo é assim mesmo.

Cada capítulo é dividido em seções, com objetivos específicos. A abertura é feita com um texto verbal ou não verbal, em seguida, a seção “Pra começo de conversa” apresenta algumas questões que direcionam o entendimento inicial sobre um subtema.

Em geral, cada capítulo é composto por dois textos básicos, apresentados na seção “Hora do texto”, seguida de uma seção bibliográfica – “Conhecendo o autor”. O primeiro é objeto de exercícios das seções “Expressão oral”, “Expressão escrita”, “Estudo do vocabulário” e “Gramática no texto”, da seção “Para além do texto” e dos quadros “Sugestões para leitura” e “Sites interessantes” e, ainda, “Conhecimentos gramaticais”. O segundo texto básico do capítulo é objeto de questões das seções “Expressão escrita” e “A linguagem dos textos”. As seções “Produzindo texto” e “Exercitando a crítica” orientam propostas de produção (sobretudo escrita).

Ao final de cada capítulo, há a seção “Diário de bordo”, para que o aluno registre as impressões de seu trabalho e das discussões feitas no capítulo. Ao final de cada unidade temática, há a seção “Grupo de criação”, que propõe projetos em criação coletiva, sobre algum aspecto do tema em estudo. Para completar cada volume, há uma “Bibliografia” e a seção “Por dentro dos temas” que oferece uma lista de livros, *sites* e filmes para a ampliação das ideias.

O manual do professor constitui-se de um encarte com paginação própria, no livro do aluno. É organizado em três partes: a primeira trata da fundamentação teórica e dos pressupostos pedagógicos da coleção. A segunda é uma apresentação da organização da obra, que descreve as seções e discute seus objetivos. A terceira, específica para cada série, apresenta sugestões e comentários e responde aos exercícios.

Para a análise, selecionamos os textos apresentados nos quatro volumes da coleção (5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries), na seção “Hora do texto”, o que permitiu constituir um *corpus* de cento e dois textos. Fizemos a leitura de todos e destacamos cinquenta e dois textos, como aqueles que melhor atendiam aos objetivos da pesquisa, excluindo, por exemplo, textos que se encontravam nos enunciados dos exercícios propostos pelos livros.

b) Classificação das anáforas não-correferenciais

Nossa pesquisa mostrou como um dos resultados que a anáfora indireta foi utilizada em mais da metade de todo o *corpus* da pesquisa, provavelmente devido à predominância do gênero literário. Esse tipo de anáfora permite que vários objetos sejam ancorados e interpretados a partir de um único referente, daí o uso predominante nos textos analisados, na sua maioria, literários. Esses textos, geralmente, caracterizados como mais longos, envolvem diversas histórias e personagens, o que facilita a introdução de novos objetos-de-dicurso, relacionados a um antecedente através de um processo de inferenciação.

A anáfora rotuladora também foi utilizada de forma bastante significativa no *corpus* selecionado. Sabemos que esse tipo de anáfora realiza-se a partir de rótulos que, geralmente, funcionam sob a forma de substantivos, sem requerer um significado específico, daí a abertura para que diferentes nomes possam funcionar como rótulo na interpretação de textos.

Por outro lado, a anáfora metadiscursiva foi utilizada em um número bem menos significativo. Esse tipo de anáfora, ao contrário da anáfora rotuladora, faz uso de termos mais restritos, que atribuem um significado mais específico em relação ao conteúdo que sumariza, funcionando como nominalizações de processos verbais, nomes que se referem aos resultados de padrões discursivos, nomes que se referem à estrutura textual formal do discurso, etc. Assim, atribuímos a essa característica a baixa frequência dessas anáforas nos textos selecionados.

A seguir, apresentaremos alguns exemplos como forma de ilustrar cada tipo de anáfora:

- anáfora indireta:

Texto: “Cardápio indigesto” - pág. 27 (grifos nossos)

“Paula Nei, **no restaurante**, consultava o cardápio. Quando chegou **o garçom**, pediu: - Traga-me uns erros de ortografia. – Não temos isso, **freguês**. Paula Nei mostrou **o cardápio**. Como não têm, se **a lista** está cheia deles?”.

Aqui, podemos perceber que ocorre uma anáfora indireta, pois existe um referente “restaurante” que é ativado a partir da interpretação dos outros termos relacionados a um mesmo campo lexical, como, por exemplo, “cardápio”, “garçom”, “freguês” etc.

Texto: “Lisetta” - pág. 97 (grifos nossos)

“Quando Lisetta subiu **no bonde (o condutor** ajudou) viu logo o urso. [...] Um escândalo. E logo **no banco da frente**. [...] O bonde deu um solavanco, sacudiu **os passageiros**, deslizou, rolou, seguiu. [...] Dona Mariana (havia pago **uma passagem** só) opôs-se com energia e outro beliscão [...]”.

Nesse exemplo, observamos que a anáfora indireta é estabelecida a partir da relação inferencial de “banco da frente”, “passageiros”, “condutor” e “passagem”, com o referente “bonde”.

Texto: “Tentei emprego de *office-boy* três vezes, mais desisti, fiquei desanimado” - pág. 135 (grifos nossos)

[...] A. R. A. R., 17, é um dos milhares de jovens paulistanos que, por não conseguirem **um emprego formal**, com **carteira assinada**, foram trabalhar na economia informal. Ele é plaqueiro (homem-sanduíche) de **uma empresa** que compra e vende telefones celulares no centro de São Paulo. Passa o dia distribuindo panfletos. Trabalha das 9h às 18h, com direito a uma hora de almoço, e ganha R\$15,00 por dia. [...] Tenho **carteira de trabalho**. Tentei umas três vezes emprego de *office-boy*, mas desisti. Fiquei desanimado [...]”.

Aqui, a anáfora indireta é caracterizada pela presença de expressões como “carteira assinada”, “empresa”, “carteira de trabalho”, que vão ancorar a interpretação do referente “emprego formal”.

- anáfora rotuladora:

Texto: “As serpentes que roubaram a noite” - pág. 78 (grifos nossos)

[...] A morada de Surucucu ficava escondida no fundo da floresta virgem, embaixo das folhas espalhadas pelo chão, e nem os macacos gostavam de se aproximar **daquele lugar misterioso** [...]”.

O que podemos observar nesse exemplo é que, após uma descrição da morada da cobra, o autor faz uso de um termo que sumariza todo o conteúdo colocado anteriormente “lugar”, que está introduzido por um pronome demonstrativo “daquele”.

Texto: “Quem está pior merece o melhor” - pág. 162 (grifos nossos)

[...] Acho que ficar vários dias sem comer, como muitos nordestinos ficam, deve ser **a coisa mais horrível do mundo** [...]”.

O que podemos notar nesse trecho é que o autor faz uso de um rótulo “coisa” para classificar a experiência de “ficar vários dias sem comer”, sendo que este traz como determinante um artigo definido “a”. Observemos a avaliação estritamente negativa que ele atribui à tal experiência: “a coisa mais horrível do mundo”.

Texto: “São os hormônios que falam por eles” - pág. 143 (grifos nossos)

“[...] Uma das principais características aparentes da adolescência é que **nessa fase** que o garoto começa a dizer não [...]”.

O rótulo *fase* foi utilizado, nesse exemplo, para resumir a adolescência. O mesmo traz como determinante o pronome demonstrativo *essa*.

- anáfora metadiscursiva:

Texto: “Assalto” - pág. 37 (grifos nossos)

“[...] Um assalto! Um assalto! – a senhora continuava a exclamar, e quem não tinha escutado escutou, multiplicando **a notícia**. [...]”.

Nesse exemplo, podemos observar que ocorre uma anáfora metadiscursiva por nome ilocucionário, uma vez que o termo **notícia** é utilizado para referir-se ao assalto, trata-se da nominalização de um ato de comunicação.

Texto: “Entrevista” - pág. 110 (grifos nossos)

“[...] Foi um de meus papeis mais complexos. Mas, antes de iniciarmos as filmagens, eu conversei muito com meu pai, que também é ator e sempre me dá dicas, e com Steven (Spielberg). **Essas discussões** me ajudaram e, graças a elas, acho que fiz uma de minhas melhores interpretações até hoje [...]”.

Nesse exemplo, temos a presença de uma anáfora metadiscursiva por nome de atividade linguageira “discussões”, para referir-se às conversas que o ator teve com o pai e com o diretor do filme. O nome está acompanhado de um pronome demonstrativo “essas” que funciona como determinante.

Texto: “Peixe-boi: história e lenda” - pág. 11 (grifos nossos)

“[...] Na literatura clássica da Grécia, a obra Odisseia, de Homero, narra as tentações sofridas pelo navegador que lutou bravamente contra a sedução do canto e a beleza das sereias. É **deste relato** que vem a associação à figura do peixe-boi [...]”.

O que temos nesse exemplo é uma anáfora metadiscursiva por nome ilocucionário “relato”, acompanhado de um pronome demonstrativo “deste”, que retoma o que foi colocado anteriormente sobre a obra Odisseia.

c) Formas de manifestação dos grupos nominais anafóricos

Nesse último tópico da análise, iremos observar a forma de manifestação das ocorrências de anáfora nos textos selecionados. Nas anáforas indiretas, iremos verificar, além do determinante, o antecedente que vai ancorar a realização desse tipo de anáfora. Nas anáforas metadiscursiva e rotuladora, observaremos, especificamente, o determinante da anáfora empregada.

Curiosamente, constatamos que a maioria das anáforas indiretas não apresentou determinante: vinte e nove ocorrências. Exatamente por se tratar de objetos introduzidos como novos, que remetem a um referente, por meio de relações de inferenciação, mas não o retomam na estrutura textual.

Quanto àquelas que apresentam determinante, diferentemente das anáforas rotuladora e metadiscursiva, na anáfora indireta, o determinante é, em uma significativa maioria, representado por artigos definidos e indefinidos: trinta e três ocorrências - dez ocorrências do artigo “a”, duas ocorrências do artigo “as”, onze ocorrências do artigo “o”, quatro ocorrências do artigo “os”, quatro ocorrências do artigo “um”, duas ocorrências do artigo “uma”. Verificamos o uso de um pronome demonstrativo “desse”, três pronomes possessivos “minha”, “seu”, “seus”. Observamos, ainda, o uso de preposições: quatro ocorrências da preposição “de” e uma ocorrência da preposição “em”; o uso de combinações: uma ocorrência de “ao”, duas ocorrências de “aos”; como também o uso de contrações: uma ocorrência de “da”, uma ocorrência de “das”, três ocorrências de “dos”, uma ocorrência de “nas”, quatro ocorrências de “no” e uma ocorrência de “às”.

Atribuímos tal resultado ao fato de que a anáfora indireta introduz novos objetos que estabelecem relação de sentido com um referente, a partir de associações e, por isso, predominam os determinantes sob a forma de artigos, principalmente, definidos.

Quanto à análise dos determinantes das anáforas rotuladoras, podemos verificar uma clara preferência pelos pronomes demonstrativos enquanto determinantes: temos quarenta e sete ocorrências de pronome demonstrativo – duas ocorrências de “aquela”, uma ocorrência de “aquele”, uma ocorrência de “daquele”,

uma ocorrência de “daqueles”, uma ocorrência de “desses”, uma ocorrência de “deste”, uma ocorrência de “destes”, onze ocorrências de “essa”, três ocorrências de “essas”, sete ocorrências de “esse”, quatro ocorrências de “esses”, uma ocorrência de “esta”, duas ocorrências de “este”, duas ocorrências de “nessa”, cinco ocorrências de “nessas”, quatro ocorrências de “nesse”, uma ocorrência de “nesta”. Quanto ao emprego de artigos, temos: onze ocorrências de artigos definidos – sete ocorrências do artigo “a”, uma ocorrência do artigo “as” e quatro ocorrências do artigo “o”. Observamos, ainda, o uso de um numeral “duas” e de duas contrações “numa” e “da”, e ainda uma anáfora que não apresenta determinante.

Essa constatação comprova o que mostram os resultados de pesquisas na área: uma clara preferência por pronomes demonstrativos enquanto determinantes de anáfora rotuladora (FRANCIS, 2003).

Quanto às anáforas utilizadas, observamos que são diversos os rótulos que resumem os conteúdos. Destacamos, aqui, aqueles que se repetem por algumas vezes: duas ocorrências de “assuntos”, uma ocorrência de “assunto”, três ocorrências de “caso”, três ocorrências de “coisa”, duas ocorrências de “coisas”, três ocorrências de “condições”, duas ocorrências de “episódio”, quatro ocorrências de “problema”, uma ocorrência de “problemas”, duas ocorrências de “processo”, duas ocorrências de “situação” e uma ocorrência de “situações”.

Observamos, ainda, que alguns rótulos são acompanhados de adjetivos como: “grave”, “misterioso”, “falsa”, “horrível”, “bacana”, “bela”, “poética”, “grande”, “monótono”, “negligentes”, “mínima”, “baita”, “mesquinho” etc., o que lhes confere um grau avaliativo, determinado pelo autor, e que pode exercer uma força argumentativa sobre o leitor.

No uso da anáfora metadiscursiva, constatamos uma significativa preferência pelo pronome demonstrativo para funcionar como determinante. Observamos duas ocorrências de artigos definidos “a” e “as”, e quatro ocorrências de pronomes demonstrativos “deste”, “essa”, “essas”, “nessa”.

Quanto às anáforas utilizadas, constatamos: uma ocorrência de cada um dos seguintes termos: “discussão”, “discussões”, “notícia”, “palavra”, “palavras” e “relato”. Concluímos que os termos foram utilizados com objetivos variados, a depender do contexto de produção, uma vez que aparecem sob a forma de nomes ilocucionários (nominalizações de processos verbais), nomes de atividade

linguageira (que se referem aos resultados de padrões discursivos) e nomes de texto (que se referem à estrutura textual formal do discurso).

Observamos, também, a presença de alguns adjetivos que acompanham os nomes, e lhes dão um caráter avaliativo, como, por exemplo: “imensa”, “antipática”, “brasileiríssimas” etc.

Acreditamos que esses resultados possam contribuir diretamente para o ensino de Língua Portuguesa, no sentido de auxiliar o professor nas atividades que explorem a produção e interpretação de textos e, conseqüentemente, que envolvam processos de referenciação.

Considerações finais

Nossa pesquisa mostrou como um dos resultados que o tipo de anáfora não-correferencial mais utilizado nos textos analisados foi a anáfora indireta: cinquenta e três por cento de todas as ocorrências, provavelmente devido à predominância do gênero literário, cujos textos, geralmente, caracterizados como mais longos, envolvem diversas histórias e personagens, o que facilita a introdução de novos objetos-de-discurso, relacionados a um antecedente através de um processo de inferenciação.

A anáfora rotuladora também foi utilizada de forma bastante significativa no *corpus* selecionado: quarenta e dois por cento das ocorrências. Sabemos que esse tipo de anáfora realiza-se a partir de rótulos que, geralmente, funcionam sob a forma de substantivos, sem requerer um significado específico, daí a abertura para que diferentes nomes possam funcionar como rótulo na interpretação de textos.

Por outro lado, a anáfora metadiscursiva foi utilizada em um número bem menos significativo: cinco por cento de todas as ocorrências. Esse tipo de anáfora, ao contrário da anáfora rotuladora, faz uso de termos mais restritos, que atribuam um significado mais específico em relação ao conteúdo que sumariza. Assim, atribuímos a essa característica a baixa frequência dessas anáforas nos textos selecionados.

Quanto à forma de manifestação dos grupos nominais anafóricos, verificamos que, no uso da anáfora indireta, a maioria das ocorrências não apresenta determinante. Por outro lado, para as anáforas que apresentam

determinante, diferentemente das anáforas metadiscursiva e rotuladora, constatamos que a maioria dos determinantes aparece sob a forma de artigos definidos e indefinidos. Sabemos que, na anáfora indireta, os objetos são introduzidos como novos, e não retomam um referente do texto, mas por meio de relações de inferenciação, o que desencadeou esse resultado.

Quanto à anáfora rotuladora, é significativa a predominância de pronomes demonstrativos funcionando enquanto determinantes. O que confirma afirmações frequentes de resultados de pesquisas na área que já haviam apontado para esse resultado. No que diz respeito aos rótulos, destacamos os “nomes gerais”, como “coisa”, “assunto”, “problema” etc.

Também para a anáfora metadiscursiva, é clara a preferência por pronomes demonstrativos para funcionar enquanto determinantes. Quanto ao núcleo nominal, vimos que os mesmos se apresentam sob a forma de nomes ilocucionários, nomes de atividade linguageira e nomes de texto.

Entendemos o livro didático como uma importante ferramenta de apoio à prática pedagógica, que deve mediar o ensino da língua com o contexto sócio-discursivo no qual os alunos estão inseridos. O professor, por sua vez, deve buscar outros materiais que possam subsidiar a utilização do livro didático, como forma de não torná-lo único instrumento de ensino na sala de aula.

Dessa forma, esperamos que essa pesquisa possa servir de base ao professor que busca, constantemente, refletir sobre o ensino da língua materna, consciente de que tal reflexão deve estar muito além do que é trazido nas páginas do livro didático.

Acreditamos que a análise feita aqui possa contribuir para o ensino de Língua Portuguesa, especificamente, para as atividades que envolvam questões relacionadas à produção e compreensão de textos, no sentido de explorar, junto aos alunos, os mecanismos de referenciação anafórica, que auxiliam na interpretação dos textos.

Como perspectiva de aplicação, apontamos que essa pesquisa pode ser inserida no contexto da sala de aula, visando à observação dos resultados aqui obtidos, relacionando-os a atividades práticas que enfoquem os processos de referenciação, no processo de interpretação de textos.

Referências

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTI, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. Coleção clássicos da linguística.
- FRANCIS, G. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTI, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. Coleção clássicos da linguística.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. **Processos de referenciação na produção discursiva**. DELTA, 14, nº especial, p. 169-190, 1998.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: Negri, L.; Foltran, M. J.; Oliveira, R. P. **Sentido e significação**. Em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 244-262.
- KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130. (Coleção clássicos da linguística).
- MONDADA, L. & DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTI, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. Coleção clássicos da linguística.
- TERRA, E.; CAVALLETE, F. **Português Paratodos**: 5a. série. São Paulo: Scipione, 2005.
- TERRA, E.; CAVALLETE, F. **Português Paratodos**: 6a. série. São Paulo: Scipione, 2005.
- TERRA, E.; CAVALLETE, F. **Português Paratodos**: 7a. série. São Paulo: Scipione, 2005.
- TERRA, E.; CAVALLETE, F. **Português Paratodos**: 8a. série. São Paulo: Scipione, 2005.